

# OS MOVIMENTOS POPULARES E A LUTA PELA EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO

Marília Pontes Sposito

Da Faculdade de Educação da USP

---

## RESUMO

O artigo apresenta alguns elementos para o conhecimento do processo de expansão do ensino público na cidade de São Paulo, durante as décadas de 40 e 50. Tomando como ponto de partida a situação do sistema escolar na Capital e descrevendo os mecanismos que possibilitavam a disseminação de estabelecimentos de ensino elementar e secundário, o estudo ressalta a importância dos movimentos sociais urbanos observados nesse período para a conquista de novas unidades escolares.

O clima político da época, caracterizado pela ascensão de formas populistas de dominação, propiciou a emergência de várias reivindicações populares articuladas por associações de moradores de bairros periféricos que exerceram papel significativo na criação e manutenção das escolas da rede pública de ensino da cidade de São Paulo.

---

Esta exposição pretende apresentar alguns elementos para análise dos movimentos populares na luta pela expansão do ensino público, tendo por base um estudo que investigou a participação popular no processo de crescimento da rede de ginásios estaduais na cidade de São Paulo, durante a década de 50, o período da denominada democracia populista (Sposito, 1982).

Torna-se tarefa importante recuperar, do modo mais completo possível, uma tradição de luta popular pelo acesso à escola pública, desconhecida por grande parte dos educadores e grupos sociais que hoje estão interessados numa efetiva democratização da educação brasileira. Este desconhecimento tem, freqüentemente, por pressupostos orientações que privilegiam a passividade e o conformismo das classes populares ou, como afir-

---

## SUMMARY

The paper presents some elements for the knowledge of the expansion process of public education in the city of São Paulo, during the decades of 40 and 50.

Starting with the situation of the scholarship system in the capital, and describing the procedures which permitted the dissemination of the institutions of elementary and secondary education, the study emphasizes the importance of the urban social movements observed in the period to permit the conquest of new school units.

The political environment of this period, characterized by the development of populist forms of domination, permitted the appearance of several popular demands, organized by associations of residents in peripheral city districts, which performed an important role in the process of creation and support of schools of the public net of education in the city of São Paulo.

---

ma Kowarick (1979), concepções que apontam o caráter amorfo, frágil, enfim "gelatinoso" da sociedade civil. São evidentes os compromissos — explícitos ou não — que tais concepções mantêm com uma ordem social autoritária, ao desqualificar, *a priori*, qualquer possibilidade de setores mais amplos da sociedade participarem das decisões que dizem respeito ao interesse coletivo. Assim, caracteriza-se a "fragilidade da Sociedade Civil em termos de uma espécie de 'vocalização metafísica' como se o povo brasileiro fosse, por sua própria natureza, impregnado por uma espécie de conformismo pacífico e passivo. Semelhante visão tem sido um ingrediente ideológico bastante utilizado para justificar o intenso controle que o Estado historicamente tem exercido sobre as iniciativas sociais e políticas das camadas populares. Isto é, dada a

fragilidade natural da Sociedade Civil, cabe ao Estado suprir suas 'deficiências', tutelando-a dentro dos parâmetros considerados desejáveis e permissíveis pelo Poder instituído." (Kowarick, L., 1979, p. 22).

A reconstituição dos movimentos populares e de sua presença no processo de crescimento do ensino público no período do populismo oferece dados importantes para a reflexão contemporânea, ao se verificar que a escola para grande parte da população — em especial para aqueles segmentos excluídos dos direitos sociais da cidadania — não foi uma dádiva do Estado; a criação e instalação de novas unidades de ensino foi arduamente conquistada pela população em meio a um processo intenso de mobilização política.

Após 1940, e particularmente durante a década de 50, os problemas educacionais de grandes cidades como São Paulo eram extremamente graves. Apesar de contar com algumas vantagens facilitando o atendimento da demanda devido à sua condição de centro urbano, a Capital ainda enfrentava sérios problemas na oferta de instrução primária à população em idade escolar. Transformando-se no maior aglomerado urbano do país, o município de São Paulo teve suas necessidades educacionais rapidamente multiplicadas, exigindo do Poder Público medidas que respondessem, de modo imediato, à procura de vagas nas unidades escolares. Elevando-se significativamente, a cada ano, o total de crianças em idade escolar, nem sempre o Estado conseguia absorver os candidatos às matrículas nas escolas primárias, ocorrendo vultosos *déficits* no atendimento.

Os recursos utilizados para a criação de novas vagas eram diversos, conhecidos como as tradicionais "medidas de emergência": grande parte das escolas funcionava em regime de 3 até 4 períodos (2:20 minutos de duração); os prédios para abrigar as classes do curso primário eram poucos e a maioria das escolas da periferia da cidade funcionava em galpões de madeira, precariamente construídos, ou em garagens, armazéns, salas improvisadas, etc..

Esses, no entanto, não eram os únicos problemas escolares do Município. As oportunidades de acesso aos degraus mais avançados da instrução eram praticamente inexistentes para a população que não podia arcar com o ônus das mensalidades nos estabelecimentos de ensino particular. O antigo curso ginásial, alvo da maior procura, era tradicionalmente reservado aos setores privilegiados da sociedade que competiam pelas escassas vagas dos estabelecimentos existentes, mediante a realização de exames de admissão que filtravam grande parte dos candidatos. Os excluídos — os reprovados nos testes — eram, em geral, os estudantes procedentes dos bairros periféricos que tentavam disputar sua matrícula ao lado de alunos residentes nos bairros centrais da cidade, local de moradia de segmentos privilegiados da população.

Até 1945, a Capital do Estado contava com apenas três estabelecimentos que ministravam o ensino ginásial público. Em 1950, apenas oito ginásios funcionavam em bairros de classe média, próximos ao centro da cidade e densamente povoados.

Para resolver, ainda que de forma insatisfatória, os problemas relativos à demanda, grande parte dos ginásios criados instalava-se em prédios de grupos escolares, fun-

cionando apenas em período noturno. Mesmo assim, o atendimento continuava deficitário, em meados da década de 50, apenas vinte e oito ginásios estaduais estavam em atividade na cidade.

Contudo, os problemas escolares constituíam apenas parte dos problemas vividos pelas populações radicadas na periferia da cidade, que sofriam os efeitos das distorções do processo de urbanização.

O crescimento desmedido da cidade em direção à periferia, nesse período, não foi acompanhado pela formação de uma infra-estrutura urbana que possibilitasse aos seus moradores as condições mínimas de sobrevivência. Esses núcleos novos não contavam com um sistema de transportes, luz, água, esgotos, postos de saúde e outros serviços de consumo coletivo. Desse modo, as carências urbanas que afetavam a qualidade de vida dessas populações articularam vários moradores dos núcleos periféricos em torno de movimentos reivindicatórios, particularmente durante a década de 50.

A intervenção deficiente do Estado na implantação e gestão de bens de consumo coletivo — entre eles os equipamentos educacionais — explicita determinações de caráter estrutural, já analisadas por diversos autores contemporâneos. Manuel Castells aponta o caráter limitado das fontes de recursos do Poder Público originadas de uma "subtração feita ao capital (por via fiscal ou pela nacionalização de empresas) ou da apropriação da massa salarial (através de impostos)" (Castells, 1980, p. 24). Nesse sentido, não podendo atender ao conjunto das demandas sociais, o Estado concentra seus investimentos naquelas funções urbanas necessárias ao funcionamento do pólo dominante, isto é, aquele que detém o capital, enquanto permanecem afastadas as necessidades habitacionais, de transporte e equipamento social da população mais carente.

Por essas razões, as manifestações dos setores populares exigindo do Estado a implantação de suas políticas públicas adquirem significado importante, pois a intervenção deste organismo não se constitui a partir da idéia de "um suposto mecanismo neutro aplicado a um sistema em desequilíbrio" (Castells, 1980, p. 23); essa intervenção aparece como produto de um processo político amplamente determinado pelas lutas de classe. Assim, *os movimentos de reivindicações urbanas tendem a se compor em pólo necessário na correlação de forças que determina a ação do Estado, obrigando-o a assumir mais decisivamente a organização das políticas sociais destinadas à implantação dos bens de consumo coletivo.*

Em São Paulo, os movimentos sociais observados durante a década de 50 tiveram como um de seus marcos importantes a organização de SABs (Sociedades Amigos de Bairro) que assumiram a condição de porta-vozes e de instrumentos de mobilização das classes populares. Surgidas como organizações espontâneas de segmentos das classes dominadas, as SABs, neste período de sua origem, traduziram o grau de insatisfação dessas populações submetidas a um processo intenso de exploração decorrente da acumulação do capitalismo industrial na região da Grande São Paulo.

Por outro lado, esses movimentos sociais originados a partir da questão urbana eclodiram num quadro de crise do Estado que propiciou a transformação das clas-

ses populares em protagonistas ativos das lutas políticas do período.

A partir de 1930, emerge o populismo como forma de dominação, que transforma as classes dominadas em fonte de legitimidade do poder. É a partir dessa necessidade de capitalizar a vontade de participação das classes desprivilegiadas, servindo ao mesmo tempo como ponte entre elas e as elites dominantes, que o populismo vê ampliada sua esfera de ação após a reinstauração da ordem democrática em 1945. Nesse momento alteram-se as formas de participação popular na estrutura do poder. Pelo voto, as classes populares tomam parte no processo de confirmação do Estado, daí a necessidade de sua mobilização e manipulação constantes.

A incorporação desses contingentes populares ocorrendo no interior de uma política que ainda obedecia ao jogo de interesses dos grupos dominantes justifica, em parte, as reiteradas análises a propósito do caráter de "manipulação" da política populista, do clientelismo, do interesse eleitoral, etc.. Mas esta presença política das classes populares tem outras implicações além de sua manipulação, pois envolveu, também, a defesa de aspirações de uma cidadania popular para os setores até então excluídos das decisões do Estado. De certo modo, a questão da "manipulação" poderia ser proposta mediante a inversão de seus termos: até que ponto não foi o povo o grande manipulador durante o populismo? Não teria ocorrido no âmbito das lutas populares um processo de cooptação às avessas?

Essas determinações de natureza política apontam os significados mais abrangentes dos movimentos sociais. Expressando anseios das populações periféricas, essas manifestações encontraram ressonância no âmbito dos vários grupos que disputavam o controle do Estado. Diversas lideranças populistas procuravam capitalizar os interesses populares dirigindo-se a esses movimentos na condição de interlocutores sensíveis às suas necessidades e de instrumentos eficazes para obtenção das reivindicações almejadas. Atendendo aos interesses das populações dominadas, o político populista incentivava, ao mesmo tempo, a irrupção de outras aspirações a serem concretizadas e novas formas de organização popular.

É nesse quadro de insatisfação social e de mobilização popular que lideranças populistas como a de Jânio Quadros surge em São Paulo. Este político estabeleceu estreita ligação com as lideranças dos bairros periféricos desde o tempo de vereador (1947-1950) até o período em que governa o Estado (1955-1958), entrevedo nesses contatos férteis possibilidades de apoio eleitoral. Sob diversas formas, se fez presente a vinculação do líder com as classes populares urbanas: eram freqüentes as visitas a bairros distantes para ouvir as reivindicações que as populações lhe apresentavam, a realização de comícios públicos para prestação de contas de sua administração e as audiências a líderes das entidades de bairro e comissões de moradores.

A emergência dos movimentos sociais no âmbito das lutas políticas do populismo foi determinante na expansão do sistema de ensino público na cidade de São Paulo, quer pela natureza das pressões exercidas pelas populações dos bairros periféricos, quer pelo tipo de resposta encontrado pelo Estado para atender a essas reivin-

dicações populares.

Quanto ao ensino elementar, a verdadeira situação de crise instaurada durante a década de 50 mobilizava os movimentos de bairros não só para a conquista de vagas nas escolas existentes como para a criação de novas unidades escolares mediante a instalação de galpões ou de classes de emergência.

Setores significativos das classes populares, procurando expressar suas necessidades escolares pelos canais a que tinham acesso naquela conjuntura, recorriam não só à imprensa para denunciar a falta de escolas ou as péssimas condições de seu funcionamento, como utilizavam-se das entidades de bairro e das Federações de SABs para encaminhar reivindicações por "mais escolas", estabelecendo pressões junto aos representantes políticos ou diretamente ao Poder Público.

Muitas vezes, diante do insucesso de algumas reclamações e pedidos pela necessidade urgente de oferecer instrução a seus filhos, alguns moradores ou associações de bairro tomavam a iniciativa de contratar professores para ministrarem o curso elementar às crianças nas sedes de entidades ou em locais improvisados que se transformavam em salas de aula. Marco significativo da conjuntura política do período foi a criação do ensino Municipal em 1956, pelo então prefeito Wladimir de Toledo Piza.

Todavia, a instalação de escola elementar não significava a satisfação de todas as necessidades escolares da população. Os movimentos de bairro, particularmente durante a década de 50, incorporaram a luta pela ampliação da rede de escolas secundárias públicas, raras e acessíveis somente aos jovens de camadas dominantes da sociedade, moradores dos bairros favorecidos.

A reivindicação pela escola secundária aparecia como uma aspiração emergente que ultrapassava os limites dos direitos sociais reconhecidos pelas elites dominantes. Enquanto que o direito universal à escola elementar gratuita já havia sido incorporado nas orientações do Estado, o acesso à instrução secundária ainda integrava projetos sociais vinculados à formação de setores privilegiados da sociedade. Assim, as pressões estabelecidas por setores das massas populares tendo em vista a instalação de escolas ginásiais em bairros periféricos, provocava reações desfavoráveis e significativas entre essas elites.

Essa condição peculiar que acompanhou a reivindicação por novas unidades ginásiais demonstra a força política das manifestações, que atingiram setores importantes das massas urbanas e tenderam a ampliar-se no quadro social dos anos 50. Estimulados pela política populista, os movimentos de bairro conseguiram alcançar a instalação de vários GES em núcleos periféricos da cidade. Naquela conjuntura não poderiam ser mais ignoradas as reivindicações escolares dos movimentos sociais que encontravam terreno favorável para sua realização com Jânio Quadros na chefia do Executivo Estadual. Durante os anos 1957 e 1958 (período caracterizado pela proximidade de novo pleito eleitoral), 61 novos ginásios são criados em bairros periféricos da cidade.

Grande parte das novas escolas funcionava apenas em período noturno em prédios de Grupos Escolares, sem existência jurídica independente, na condição de *secção* de estabelecimentos já em atividade — subterfúgio reiteradamente utilizado por Jânio para acelerar a insta-

lação das unidades. Os ganhos políticos eleitorais que acompanhavam tais medidas eram evidentes, mas sob o ponto de vista das populações periféricas aquele era o momento de realização de reivindicações antigas, muitas vezes empreendidas sem resultados favoráveis.

Esses ginásios noturnos, mal instalados e de funcionamento precário, porque não contavam com verbas previstas para mantê-los, significavam para os moradores do bairro da periferia de São Paulo uma vitória importante. Cientes de que a instalação da escola ocorria em meio a uma total ausência de recursos, implicando a adoção de medidas auxiliares visando a sua manutenção, os movimentos populares mais uma vez exerceram pressões para conquistar verbas e a construção de prédios para a instalação definitiva dos cursos. Várias SABs forneceram material didático, de secretaria e mobiliário durante alguns anos; grupos de moradores colaboravam diretamente com a direção dos estabelecimentos prestando serviços de marcenaria, eletricidade, pagamento de despesa de energia elétrica, até fornecendo lâmpadas, etc... Resistiram, essas populações, muitas vezes, às ameaças de fechamento de algumas unidades diante de decisões da Inspeção do Ensino Secundário e de pressões estabelecidas pela Secretaria da Educação que propugnavam pela extinção de algumas seções diante de seus problemas materiais, administrativos ou pedagógicos. Cada ginásio noturno instalado — mesmo aqueles que iniciaram atividades como extensões — tornou-se um dado irreversível, vindo a se consolidar como mais um ginásio da rede estadual em São Paulo.

Como última observação cabe ainda uma breve referência às aceções dominantes diante desse processo de crescimento da rede escolar, em particular às posições de educadores que atuavam no interior dos órgãos da Administração Pública, de intelectuais e jornalistas voltados para os problemas do sistema de ensino em São Paulo.

O grande movimento de abertura de novas unidades de ensino, não só na Capital como em todo o estado de São Paulo, as características políticas que determinavam esse processo, a falta de condições adequadas das novas unidades, enfim, todos esses eventos provocavam resistências em setores bem definidos do Estado e da sociedade civil em São Paulo. No âmbito da Assembléia Legislativa, partidos conservadores e anti-populistas, como a UDN, tentavam conter a instalação de escolas médias temendo um "desequilíbrio das finanças públicas" e propugnavam pela elaboração de um "plano racional" que disciplinasse o processo de criação de novas unidades. A imprensa, em particular o jornal "O Estado de São Paulo", porta-voz de uma elite liberal ilustrada, condenava o "derrame de escolas", a falta de "racionalidade na ação do Estado". Criticava-se, intensamente, a "perda da qualidade da cultura oferecida pela escola secundária", seu "abastardamento" e sua transformação em uma escola de "massas". Educadores ligados aos órgãos técnicos da Secretaria, em sua maioria, também condenavam o processo político que permeava as criações de unidades e procuravam contrapor a esse movimento argumentos de ordem técnica, pedagógica, administrativa e financeira que justificassem sua contenção. Não era considerado, ou ao menos não se tornava explícito o fato de essas orientações resistentes — radicadas em argumentos de

ordem técnica, financeira ou pedagógica — poderem exprimir, e na verdade exprimirem, posições de ordem política. Concebendo a ação do político a partir de seus móveis eleitorais, as orientações dominantes desqualificavam os significados sociais que determinavam a conduta do agente político que criava escolas; não era reconhecida a existência de uma pressão popular e de reivindicações escolares da população que alimentavam o movimento de bairros e transformavam as lideranças políticas em mediadores entre essas populações e o Estado.

Por sua vez, a defesa dos padrões da qualidade do ensino e as críticas às condições deficitárias da rede escolar tentavam justificar a limitação do crescimento de unidades escolares ginásiais ("se não existem condições adequadas não se deve criar escolas"). Assim, não se levava em conta que as questões relativas à qualidade do ensino antes de serem pedagógicas ou técnicas são eminentemente políticas e ideológicas; estes temas só podem ser definidos sob o ponto de vista dos grupos e das classes sociais que estão integrando, ou não, o sistema de ensino em seus diversos graus; para aqueles segmentos excluídos da escola, em particular da escola ginásial, a opção pela manutenção da "qualidade do ensino" impedindo, em troca, significativa abertura de novas oportunidades de acesso, nada mais seria do que a política de defesa dos direitos adquiridos por setores minoritários em detrimento dos direitos a serem conquistados pela maioria.

Essas posições exprimiam ainda compromissos ideológicos voltados para uma escola do passado e uma recusa às alterações observadas na escola das "elites", a tradicional escola secundária, no sentido do ensino comum, obrigatório, continuidade natural da escola elementar.

Creio que a natureza dos problemas enfrentados pela escola pública hoje seja bem diferente, e até mais complexa, do que as dificuldades presentes durante a década de 50. Em centros urbanos, como São Paulo, resolvidas as questões mais urgentes relativas ao acesso aos vários graus de escolaridade obrigatória (hoje de 8 anos) — ainda que de forma insatisfatória — restam para as classes populares os problemas e os desafios que envolvem a sua permanência nesse sistema de ensino. A conquista de um lugar real no âmbito de uma escola que não tem sido capaz de responder às necessidades da maioria da população, e nem mesmo de ouvi-la, devido aos seus compromissos com uma ordem social autoritária parece ser uma tarefa importante que se apresenta aos educadores comprometidos com a efetiva democratização da educação brasileira e, sobretudo, às classes dominadas, radicadas na periferia dos centros urbanos, as forças sociais decisivas nesse processo.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.  
KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.  
SPOSITO, Marília Pontes. *Expansão do ensino, política populista e movimentos sociais*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEUSP, 1982.